

# Salas de recursos multifuncionais: Revisão de artigos científicos

Multifunctional resource classes: A review on scientific reports

**Mara Silvia Pasian<sup>1</sup>**

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

**Enicéia Gonçalves Mendes<sup>2</sup>**

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

**Fabiana Cia<sup>3</sup>**

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

## Resumo

Apesar do crescimento da produção científica na área de Educação Especial, há necessidade de articulação em contextos de redes colaborativas de pesquisa. O presente trabalho faz parte do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP), cujo foco é a produção de estudos integrados sobre políticas e práticas direcionadas para a questão da inclusão escolar e avaliar no âmbito nacional o programa de implantação de “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM), referente ao atendimento educacional especializado (AEE). O objetivo foi realizar uma investigação com o intuito de descrever e discutir sobre as produções científicas publicadas na realidade brasileira no âmbito do atendimento educacional especializado. Para isso foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos, sendo utilizadas as bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Foram selecionados 19 artigos e a descrição dos resultados foi feita utilizando análise qualitativa e quantitativa. Os resultados mostraram que a maioria dos artigos envolve o eixo que descreve o funcionamento do atendimento educacional especializado, o público mais investigado foram os alunos com paralisia cerebral e deficiência visual. Existe um maior número de pesquisa qualitativa e de estudo de caso. O local mais frequente de realização das pesquisas foram as escolas de rede pública estadual, sendo que os professores aparecem em maior número como participantes e o instrumento de coleta mais utilizado foi a entrevista.

**Palavras-chave:** Educação especial, Aprendizagem, Deficiência.

**Apoio:** FAPESP.

## Abstract

Despite the expansion of scientific production in the field of special education, there is need for coordination in the collaborative research context. This research integrates the “National Observatory of Special Education” (ONEESP), which focuses the production of

---

1 Pós-Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista FAPESP - São Carlos – SP – Brasil. E-mail: marasilvia123@yahoo.com.br

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - São Carlos-SP – Brasil. E-mail: egmendes@ufscar.br

3 Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - São Carlos – SP – Brasil. E-mail: fabianacia@hotmail.com

integrated studies on policies and practices directed to school inclusion issues and the evaluation of national program “Multifunctional Resource Classes” (SRM), referring to the implementation of specialized educational services (AEE). The purpose was to conduct an investigation seeking to describe and discuss the existing Brazilian scientific production on specialized educational services. For this, we’ve performed articles bibliographic review and consulted SciELO (Scientific Electronic Library Online) and LILACS (Latin American and Caribbean Health Sciences) databases. 19 articles were selected and the results description was developed based on qualitative and quantitative analysis. The results showed that most articles are concerned with describing specialized educational services operational functioning, and that the most studied subjects were students with cerebral palsy and visual impairment. There is a broader number of qualitative research and case studies. The most common location for carrying out researches were state’s public schools, the majority of research attendants were teachers, and the most used data collection tool was the interview.

**Keywords:** Special education, Learning, Disabilities.

## Introdução

A presente proposta faz parte das atividades do Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP) e tem como foco uma avaliação de âmbito nacional do programa de implantação de “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM), promovido pela Secretaria de Educação Especial/MEC que, desde 2005, vem apoiando a criação do serviço de atendimento educacional especializado (AEE).

O programa das SRM é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação e foi criado na intenção de promover ensino com qualidade para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação - público alvo da educação especial. Esse programa é desenvolvido de forma complementar e suplementar a escolarização, sendo oferecido no contraturno em que a criança frequenta na escola comum em que está matriculada. O intuito é assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino comum possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização (BRASIL, 2007).

Referente ao plano pedagógico, este deve levar em conta as características de forma individual para cada aluno, contendo as atividades a serem desenvolvidas, visando proporcionar melhor adaptação dos alunos na sala comum (BRASIL, 2007).

Há diversos benefícios que podem ser desenvolvidos na SRM de forma paralela e que auxilia o desenvolvimento do ensino na sala de aula comum, como relata Baptista (2011, p.70):

Algumas das vantagens que eram associadas à classe especial podem ser potencializadas na sala de recursos, pois o trabalho com pequenos grupos é estimulado, permitindo melhor acompanhamento do aluno, favorecendo trajetórias de aprendizagem mais individualizadas sob a supervisão de um docente com formação específica. No caso da sala de recursos, a grande vantagem é que esse processo tem condições de alternância contínua com aquele desenvolvido na sala de aula comum.

Nessa perspectiva de implantação e de expectativa de sucesso, a Secretaria de Educação Especial a partir de 2005 tem feito investimentos para o AEE, proporcionando equipamentos, mobiliários e materiais didático-pedagógicos e de acessibilidade para a organização das SRM, também tem surgido diversas discussões sobre as atribuições e a formação dos professores do AEE, sendo que cursos de capacitação e de aperfeiçoamento estão sendo oferecidos e requisitados.

A SRM é uma nova realidade presente em todo território nacional para o atendimento de alunos público alvo da educação especial e tem recebido incentivos materiais e investido na formação profissional para o professor de educação especial para atuar nessas salas, como também observado por Oliveira e Leite (2011, p. 198) sobre a importância dessa implantação:

No contexto de inclusão educacional, a sala de recursos ganha papel fundamental na viabilização do acesso da parcela de alunos com NEEs ao currículo comum. De acordo com as recomendações legais, no caso, as Resoluções SE No. 8 (2006) e SE No. 11 (2008), a sala de recursos compõe um dos suportes existentes na Educação Especial e oferece serviço de natureza pedagógica, a fim de complementar ou suplementar o atendimento educacional fornecido na sala comum.

Segundo dados do MEC, entre os anos de 2005 a 2009, foram financiadas 15.551 (SRMs) para 4.564 municípios brasileiros, espalhados em todos os estados. Com base nas demandas apresentadas no Programa de Ações Articuladas (PAR), esse quantitativo atenderia 82% das necessidades de SRM.

Algumas evidências reforçam o consenso sobre a necessidade de empenho para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência, muitas vezes privados do direito de acesso, ingresso, permanência e sucesso na escola básica. Como pode ser observado pelas estatísticas estimadas pela UNESCO (2005) nos países pobres e em desenvolvimento, mais de 140 milhões de crianças e jovens não têm acesso à escolarização básica; e apenas 2% de uma população dos indivíduos com deficiências, estimada em mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo, recebem algum tipo de educação formal.

Isso revela que medidas devem ser tomadas não somente para a inclusão escolar, mas medidas que incrementem uma educação de qualidade para todos os alunos, como apontado por Mendes e Cia (2012, p.16):

Embora a questão da inclusão escolar não devesse ser tão controversa, o tema tem despertado um debate fervoroso nos últimos 30 anos, em parte porque esta filosofia não afeta apenas os estudantes com NEEs, mas implica também em modificar a educação de todos os alunos. E é na necessidade de reestruturar a escola brasileira que reside o fascínio desta filosofia que promete dinamizar uma escola básica que tem um dos piores desempenhos do planeta, mas que ao mesmo tempo representa um enorme desafio frente à complexidade que este tipo de reforma impõe a um sistema educacional que resiste a mudanças.

Neste contexto, cabe à Educação Especial enquanto área de conhecimento científico, aprofundar o conhecimento sobre o assunto produzindo mais e mais pesquisas sobre a temática da inclusão escolar, sem perder de vista que sua verdadeira missão é a de investigar como prover a melhor educação possível para as crianças e jovens públicos alvo da educação especial.

O ONEESP vem contribuir para o debate do atual contexto, onde ganhou força o documento que instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do MEC (BRASIL, 2007), o qual defende que a matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deve ser feita preferencialmente na classe comum das escolas regulares, em detrimento de serviços segregados, contando com o atendimento educacional especializado.

O presente trabalho visou descrever e discutir sobre os artigos produzidos do campo da educação especial no âmbito do atendimento educacional especializado, focando os três eixos centrais do ONEESP, sendo eles: a formação de professores, a avaliação do estudante público alvo da educação especial e o funcionamento das SRM.

## Formação

A formação de professores para o atendimento de alunos que são público alvo da educação especial é abordada nas políticas destacando que os mesmos devem ser capacitados e especializados para atender às necessidades educacionais dos alunos, favorecendo a inclusão escolar. Os professores devem ter formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, devem complementar os estudos e/ou realizar pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Também deve ser ofertado aos professores oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1996; 2001). Prieto, Mantoan e Arantes (2006, p. 50) apontam para a necessidade de formação continuada dos professores, focando que é preciso investir na qualidade de ensino:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

No que tange à formação inicial do professor, constata-se que referente à Educação Especial é ofertada, em geral, uma disciplina específica em cursos de Pedagogia, não sendo suficiente para a diversidade encontrada nas SRM, sendo realizado pelos professores após sua graduação cursos de especialização para procurar compor a sua formação suprimindo as defasagens existentes. Na maioria dos casos, os cursos de especialização aparecem como auxiliares, mas não suficientes para cobrir as demandas necessárias. Faz-se necessário complementar a formação inicial do professor, como afirmado por Vieira (2008, p. 58) “ocorre a necessidade de investimentos na formação continuada, pois a formação que recebemos, realmente, não nos tem ofertado condições para lidar com as questões que hoje temos nas escolas”.

Percebe-se que as exigências para a atuação como professora de educação especial são bastante amplas e complexas, a qual requer um profissional multifacetado, capaz de atender às diferentes necessidades dos alunos. A formação dos professores

para a atuação nas SRM precisa enfocar e questionar a compreensão que os professores têm do AEE, a forma como podem planejar e desenvolver o ensino dos alunos e se estão aptos e preparados para atuar com a diversidade de alunos.

## **Avaliação**

A avaliação para os alunos que são público alvo da educação especial apresenta duas finalidades distintas, a de identificar e a de planejar o ensino. A avaliação para a identificação visa identificar se determinado aluno tem ou não alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação/altas habilidades para depois definir sua potencial elegibilidade aos serviços de AEE (VELTRONE, 2011).

A escola tem o direito de receber dobrado, isto é, duas vezes pelo mesmo aluno, desde que esse seja diagnosticado como público alvo da educação especial e participe do AEE. Para que isso ocorra é necessário um cadastro do aluno diagnosticado com alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou superdotação/altas habilidades. Para que as escolas consigam um diagnóstico do aluno geralmente são realizadas parcerias com redes de saúde e com instituições particulares. No entanto, muitas vezes a duração para o retorno de um diagnóstico é demorado, fazendo com que a escola tome a iniciativa de atender o aluno na SMR mesmo sem ter um diagnóstico fechado (BRASIL, 2007).

Em alguns casos a avaliação é realizada pelo próprio professor da SRM, notando-se que ocorre uma grande diversidade de formas, onde a escolha dos procedimentos e conteúdos da avaliação depende do professor, o que favorece a arbitrariedade e subjetividade no processo de decidir se o aluno é ou não público alvo da educação especial (MILANESI, 2012). A avaliação deve possibilitar a identificação, mas identificar deve servir para reconhecer suas habilidades e limitações, e a partir disso, investir para as demandas necessárias para o melhor atendimento a esse aluno (VELTRONE, 2011; PASIAN; VELTRONE; CAETANO, 2012).

Em relação à avaliação dos alunos público alvo da educação especial diversos pontos devem ser investigados, entre os quais, os critérios que estão sendo utilizados para avaliar e identificar o público alvo da educação especial, o planejamento para esses alunos, como é computado seu rendimento acadêmico, se participam das medidas oficiais padronizadas e, caso participem, se suas médias são computadas na média nacional.

## **Funcionamento**

O funcionamento pedagógico no atendimento educacional especializado envolve as situações de ensino e aprendizagem e as metodologias usadas nas SRM. A tendência atual, embora com ênfase na incrementação da classe comum, é de manter uma estrutura cada vez mais diversificada de apoios e serviços para atender a população dos estudantes público alvo da educação especial.

Na maioria dos casos, quando o aluno chega à escola com um diagnóstico de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação o mesmo é encaminhado para a SRM. Caso a escola não possua esse serviço, o aluno é encaminhado para uma escola polo ou a mais próxima de sua residência onde há disponibilidade de oferta do serviço para o aluno.

Torna-se necessária, além da inserção do aluno na SRM, a avaliação das necessidades do aluno e, a partir disso, oferecer condições adequadas para que o aluno avance no desempenho escolar, assim como relata Omote (2004, p. 6) no que se refere à inclusão escolar:

A mera inserção do aluno deficiente em classe comum não pode ser confundida com a inclusão. Na verdade, toda a escola precisa ter caráter inclusivo nas suas características e no funcionamento para que sejam matriculados alunos deficientes e sejam acolhidos. Uma escola que só busca arranjo especial determinado pela presença de algum aluno deficiente e na qual a adequação é feita para as necessidades particulares dele não pode ser considerada propriamente inclusiva.

Para compreensão do processo de funcionamento das SRM alguns pontos devem ser questionados, como verificar a organização do atendimento a diversidade de alunos, a relação entre o currículo da SRM e das classes comuns que o aluno frequenta e também os limites e possibilidades dos apoios oferecidos.

Os questionamentos abordados nos três eixos relativos ao AEE (formação, avaliação e funcionamento) mostram que na realidade educacional brasileira, a gestão da política de inclusão escolar tem sido conduzida com algumas dificuldades, em parte porque não se tem levado em conta o que as literaturas nacional e internacional relatam, e, às vezes, até mesmo o que prescreve a legislação brasileira sobre a escolarização de estudantes público alvo da educação especial

Diante do atual contexto da política de inclusão escolar brasileira, duas grandes demandas têm mobilizado a atenção dos pesquisadores nacionais:

1. Como produzir conhecimento para avançar as políticas e práticas de inclusão escolar no país?
2. Como melhorar a articulação entre o conhecimento que vem sendo produzido e as decisões nas políticas educacionais relacionadas à perspectiva de inclusão escolar?

Consideramos que um aspecto importante a ser investigado é o relacionado à produção científica da área. Partindo disso, o presente trabalho visa descrever e discutir sobre os artigos produzidos do campo da educação especial no âmbito do atendimento educacional especializado, focando as três problemáticas centrais do ONEESP, sendo elas: a formação de professores, a avaliação do estudante público alvo da educação especial e o funcionamento nas salas do atendimento educacional especializado (AEE).

Nesse quadro, a presente investigação buscou situar a produção científica, a qual pode elucidar dados referentes ao funcionamento do programa de implantação das “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM). Com a finalidade de mapear os avanços do conhecimento concernente à temática, procedeu-se, então, a um levantamento bibliográfico para coletar e sistematizar informações presentes na literatura científica da área, para que possamos descrever o conhecimento científico produzido sobre a temática.

## Método

O presente trabalho visou descrever e discutir sobre a produção científica de artigos publicados no campo da educação especial no âmbito do AEE, focando as três categorias do ONEESP (funcionamento, avaliação e formação). Foi realizado, no panorama nacional, um levantamento nas bases de dados SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), sem restrição de período. O critério para a seleção dos artigos foi a presença dos descritores “sala de recursos multifuncional”, “sala de integração”, “sala de recursos”, “sala de apoio” e “sala de apoio pedagógico”, sendo que os mesmos podiam estar dispostos em qualquer parte do texto.

Na base de dados SciELO foram encontrados 84 artigos. Em seguida, foi feita a verificação do conteúdo dessas publicações, buscando-se averiguar o quanto eram compatíveis ao foco do presente estudo, desta forma foram selecionados 20 artigos. Os artigos excluídos não tratavam do tema proposto, sendo a maioria relacionada à temática do atendimento hospitalar. Entre esses, 16 artigos eram referentes à sala de recursos, três referentes à sala de apoio pedagógico e um referente à sala de apoio. Não foram encontrados artigos focalizados na educação especial com o descritor “sala de integração”.

Na busca da base de dados LILACS foram encontrados 197 artigos. Novamente foi realizada a verificação do conteúdo dessas publicações, buscando-se averiguar o quanto eram compatíveis ao foco do presente estudo, desta forma foram selecionados 26 artigos, sendo que os excluídos não tratavam do tema proposto, sendo a maioria relativa a atendimento hospitalar. Dos artigos selecionados, 16 eram referentes ao descritor sala de apoio, sete referentes à sala de recursos e três relativos à sala de integração.

Após essa etapa, os artigos encontrados nas duas bases de dados foram comparados e constatou-se que dos 26 artigos selecionados, 19 já faziam parte da seleção realizada na base de dados SciELO, restando sete artigos. Portanto, das duas bases pesquisadas foram encontrados e selecionados 25 artigos (SciELO – 18 e LILACS – sete) pertinentes à educação especial que envolve o atendimento educacional especializado, sendo que após a leitura dos mesmos, foram retirados mais seis artigos por não envolverem a temática proposta, por não terem sido realizados no Brasil ou por não ter sido encontrado o artigo completo, totalizando portanto 19 artigos selecionados. Destes, dois estão na categoria avaliação, dois na de formação, 11 na de funcionamento e três na categoria outros.

Os artigos foram lidos e analisados de forma qualitativa e quantitativa, procurando levantar e discutir algumas características que envolvem o atendimento educacional especializado.

## Resultados

Verifica-se uma reduzida produção de artigos científicos referente às SRM, sendo que a maioria aborda o funcionamento do atendimento educacional especializado, os eixos formação e avaliação apareceram como foco em apenas dois artigos cada um. Constata-se, de uma maneira geral, a expressividade dos trabalhos encontrados relativo ao eixo do funcionamento do atendimento educacional especializado

comparado aos eixos de formação e avaliação, o que indica que este é um tema mais recorrente na área e alvo de preocupação dos pesquisadores.

A temática dos trabalhos abordou diferentes tópicos, sendo que alguns trabalhos envolveram mais de um tema, os mais recorrentes foram:

- Participação, necessidades e dificuldades das crianças com paralisia cerebral e o uso da tecnologia assistiva nas atividades escolares;
- Estratégias pedagógicas, desafios, tendências da educação inclusiva no ensino comum;
- Recursos ópticos, adaptação e avaliação do desempenho do aluno com deficiência visual;
- A percepção do professor sobre a inclusão de alunos com deficiência;
- Funcionamento e perfil do usuário da sala de recurso.

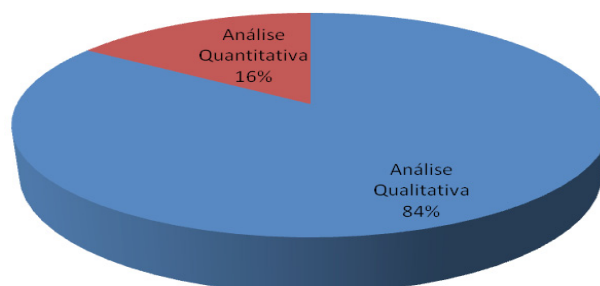
Outros temas aparecem de maneira singular, consistiram em: serviço itinerante para alunos com deficiência visual, consultoria colaborativa de profissional de fisioterapia e a integração através de jogos cooperativos com alunos da inclusão escolar. Em alguns artigos foi citada a especificidade do público pesquisado, dos quais constam sete sobre Deficiência Visual, quatro envolvendo alunos com Paralisia Cerebral, síndrome de Down e Distrofia Muscular de Duchenne aparecem no tema de um trabalho cada um. A maioria dos trabalhos refere-se ao público alvo da educação especial, de forma geral.

A seguir, serão relatados de forma quantitativa os tipos de pesquisa utilizados, o local da realização da pesquisa, quem foram os participantes envolvidos e quais foram os instrumentos utilizados para a coleta de dados.

### Tipo de Pesquisa

Os tipos de pesquisa envolveram estudos bibliográficos (podendo ser também de análise documental), estudos de caso, análise qualitativa, análise quantitativa, sendo que em alguns estudos foi utilizada mais de uma metodologia.

**Gráfico 1** – Tipo de pesquisa utilizada nos trabalhos



Pode-se verificar por meio do gráfico, que a maioria dos trabalhos foi de abordagem qualitativa, sendo que 13% utilizaram a abordagem quantitativa. Um número

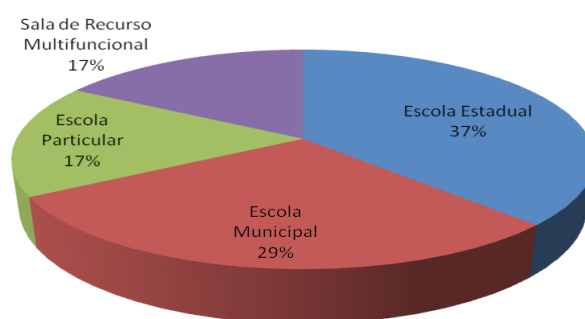


significativo dos artigos (45%), além da abordagem qualitativa, utiliza o estudo de caso em sua pesquisa.

## Local

O local em que os trabalhos foram realizados está categorizado em: escola municipal da rede pública, escola estadual da rede pública, escola privada e/ou especial e sala de recurso multifuncional. Alguns estudos foram realizados em mais de um local.

**Gráfico 2** – Local da Realização da Pesquisa

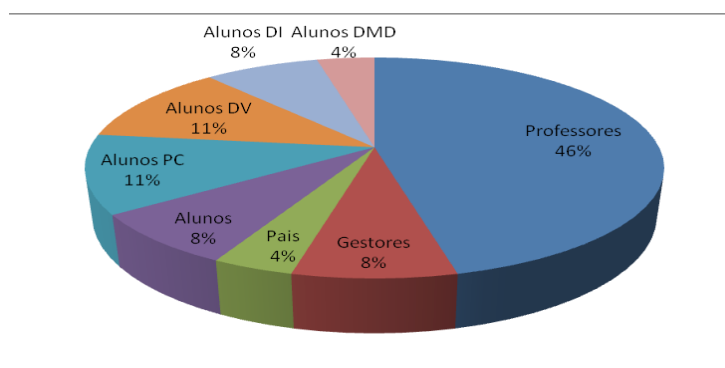


Constata-se que o local onde a maioria das pesquisas ocorreu foi nas escolas da rede estadual de ensino(37%), depois aparecem as escolas da rede municipal de ensino com 29%, em seguida, as escolas particulares e as salas de recursos multifuncionais com 17% de incidência cada uma.

Ainda vale destacar que nove, portanto 47% foram realizadas no estado de São Paulo, três trabalhos (16%) foram efetuados no estado do Paraná. Os estados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo sediaram uma pesquisa cada um. Outras cinco pesquisas (26%) não informaram o estado realizado, sendo que isso ocorreu tanto em pesquisas com participantes, quanto em estudos de revisão bibliográfica e exploração de uma temática.

## Participantes

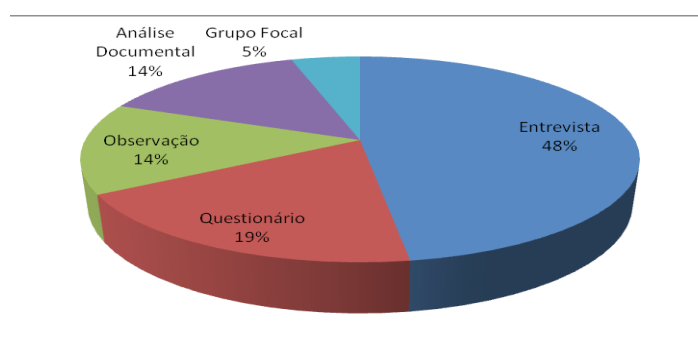
Alguns trabalhos foram realizados na forma de pesquisa bibliográfica e/ou análise documental, portanto não há participantes. O restante dos artigos apresenta como participantes professores, pais, alunos (sendo que nessa categoria aparece aluno sem especificação), alunos com deficiência visual, alunos com paralisia cerebral, alunos com deficiência intelectual e alunos com distrofia muscular de Duchenne. Também apareceram como participantes nos trabalhos os gestores escolares (diretor, coordenador ou técnico pedagógico).

**Gráfico 3 – Participantes**

Nota-se que a maioria dos participantes dos trabalhos foi de professores, aparecendo em 12 artigos, com 46% de incidência, em seguida aparecem os alunos com deficiência visual e com paralisia cerebral (11%) em três trabalhos cada um, seguido dos gestores escolares, alunos com deficiência intelectual e alunos, que aparecem em dois trabalhos cada um (8%). Por fim, uma pesquisa contou com a participação dos pais e outra com alunos com distrofia muscular de Duchenne (totalizando 4% cada um).

**Instrumentos de coleta de dados**

A coleta descrita nos trabalhos analisados foram dispostas em forma de entrevista, questionário, observação, análise documental e grupo focal, esclarecendo que alguns trabalhos usaram mais de uma forma de coleta de dados.

**Gráfico 4 – Instrumentos de coleta de dados**

Observa-se que a coleta na forma de entrevista foi a mais recorrente com 48% de incidência, em seguida, tem-se a aplicação de questionários com 19%, depois o uso de observação e análise documental, as quais aparecem em 14% cada uma e a coleta na forma de grupo focal, que aparece em apenas um artigo, contemplando 5% da totalidade.

## Discussão

A revisão bibliográfica realizada nesse trabalho pode elucidar algumas características das publicações sobre a temática da inclusão escolar e do funcionamento pedagógico, da formação dos professores e da avaliação nas SRM. Nota-se que a maioria dos artigos (14) aborda a temática do funcionamento das salas de recursos, sendo que a abordagem sobre a formação dos professores e a avaliação aparece, apenas, em dois trabalhos cada uma.

Os temas, em sua maioria, focaram o perfil, a participação, as necessidades e as dificuldades dos alunos inseridos no AEE, assim como as estratégias pedagógicas utilizadas, desafios e tendências da inclusão escolar. Um número significativo de trabalhos focou alunos público alvo da educação especial com paralisia cerebral e com deficiência visual, verificando o uso da tecnologia assistiva e da adaptação de recursos ópticos nas atividades escolares. A principal abordagem foi sobre AEE, como era esperado, pois vem de encontro com o recomendado pela política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva do MEC (BRASIL, 2009).

Na análise realizada, foi verificado que constam como público alvo da educação especial, sete artigos sobre Deficiência Visual, quatro envolvendo alunos com Paralisia Cerebral, Síndrome de Down e Distrofia Muscular de Duchenne aparecem no tema de um trabalho cada um. No entanto, na categoria participante isso não fica tão claro, talvez por estarem classificados como alunos de forma geral ou porque os participantes foram professores ou gestores relatando sobre esses alunos.

A maioria dos trabalhos utilizou a abordagem qualitativa, envolvendo estudo de caso. Os estudos foram realizados com mais frequência em escolas da rede pública estadual, os professores aparecem em maior número como participantes e a forma mais utilizada para coleta de dados foi a entrevista, alguns trabalhos utilizaram a entrevista e questionários de forma conjunta. Esses dados são importantes para conhecer a realidade atual da pesquisa sobre atendimento educacional especializado na educação especial.

A produção e análise de pesquisas e trabalhos científicos que investiguem como está sendo realizado o trabalho nas SRM são de grande importância para produzir material a ser analisado e, a partir disso, surgirem propostas de adequação e melhoria do ensino para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A própria legislação determina que as escolas devem se estruturar para a política da inclusão escolar.

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, as escolas devem:

Parágrafo único. O atendimento desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento especializado.

Art. 2º. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

No entanto, muitas vezes o que é prescrito na legislação, principalmente no que se refere ao atendimento educacional especializado da SRM atuar em conjunto com a sala de aula comum para o melhor desenvolvimento do rendimento do aluno, não corrobora o que vem sendo realizado na prática, como coloca Oliveira e Leite (2011, p. 204):

Os resultados referentes à análise da realidade investigada mostram que, embora a escola em questão cumpra formalmente os requisitos legais estabelecidos para a construção da educação inclusiva, o papel da sala de recursos, as características do atendimento pedagógico ofertado nesta, bem como a população a que atende parecem divergir do estabelecido legalmente em função de possíveis déficits em relação ao ensino ofertado nas salas comuns.

Portanto, as escolas são chamadas a se reestruturarem para atender a proposta da inclusão escolar. Tal perspectiva nem sempre é fácil de ser posta em prática, tendo em vista a realidade complexa, histórica e cultural das escolas. É importante salientar que a diversidade de serviços oferecidos, assim como novas propostas podem favorecer o processo de inclusão escolar, Baptista (2011, p. 72) ressalta a importância dessa diversidade de serviços afirmando que “A ênfase em um serviço não deveria ser confundida com a defesa de um modelo único para o país.” Para isso, torna-se importante mais pesquisas desenvolvidas na área para que possamos identificar a realidade dos sistemas escolares, os avanços e as lacunas, que temos no processo de inclusão escolar para os alunos que são o público alvo da educação especial.

## Conclusões

Fica evidente a necessidade de mais pesquisas visando contribuir para um melhor conhecimento dessa nova realidade. Porém, nessa constatação é preciso considerar que a SRM é um processo que está em formação, mas que vislumbra muitos resultados positivos ou não, que deverão ser descritos futuramente na literatura, como colocado por Baptista (2011, p. 70):

Com relação aos estudos que analisam a sala de recursos, no contexto brasileiro, podemos afirmar que não são muito numerosos. O motivo é simples: não se pode investigar algo que não existe. Se há poucos estudos é porque a existência desses espaços esteve restrita a alguns contextos. O histórico investimento em classes especiais e em escolas especiais reduzia a suposta necessidade de sala de recursos. O incremento numérico dessas salas deverá provocar novas pesquisas que nos mostrarão como têm sido ‘interpretadas’ as diretrizes para tais dispositivos.

O ONEESP vem ao encontro com essa necessidade, sendo que diversos estudos estão em andamento com o intuito de aprofundar conhecimento sobre a avaliação, a formação dos professores e o funcionamento da SRM. Em decorrência disso, haverá um aumento do número de produções bibliográficas, referente a diferentes contextos de várias regiões do Brasil. Assim será possível detectar problemas e propor aprimoramentos na implantação dessas salas.

## Referências

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, p.59-76, 2011.

BRASIL, MEC/SEESP. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**, Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2013.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007. Acesso em 08 de março de 2013.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**, Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcebo04\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcebo04_09.pdf). Acesso em: 05 de março de 2013.

MENDES, E. G.; CIA, F. Constituição de uma Rede Colaborativa de Pesquisa: o Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP). **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, v. 34, p. 13-29, 2012.

MILANESI, J. B. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

OLIVEIRA, M. A.; LEITE, L. P. Educação inclusiva: análise e intervenção em uma sala de recursos. **Paidéia**, 21(49), 197-205, 2011.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. In: OMOTE, S. (org.). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília, SP: Fundepe, 2004.

PASIAN, M. S.; VELTRONE, A. A; CAETANO, N. C. S. P. Avaliações educacionais e seus resultados: revelando ou omitindo a realidade brasileira sobre o fracasso escolar. **Revista Eletrônica de Educação** (São Carlos), v. 6, p. 440, 2012.

PRIETO, R. G.; MANTOAN, M. T. E.; ARANTES, V. A. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. 1 ed. São Paulo: Summus, 2006, v. 1, p. 31-103.

UNESCO. **Orientações para a inclusão, garantindo o acesso à educação para todos**. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris, 2005.

VELTRONE, A. A. **Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual no Estado de São Paulo: identificação e caracterização**. 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

VIEIRA, A. B. **Práticas pedagógicas e formação continuada de professores no ensino da língua materna: contribuições para a inclusão escolar**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.